

Nota Técnica

Número 249
04 de janeiro de 2021

**Salário mínimo em 2021
será de R\$ 1.100,00**



Salário mínimo em 2021 será de R\$ 1.100,00

A partir de 1º de janeiro de 2021, o salário mínimo (SM) oficial no Brasil passa a ser de R\$ 1.100,00, conforme Medida Provisória número 1.021, de 30 de dezembro, editada pela presidência da República. O valor resulta do acréscimo de 5,26% sobre os R\$ 1.045,00 em vigor durante 2020. A diferença entre os 5,26% (reajuste aplicado) e os 5,22% (estimativa considerada para a inflação do ano medida pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), refere-se a arredondamento. Os dados consolidados do ano, no entanto, só serão divulgados pelo IBGE em 12 de janeiro.

O reajuste do salário mínimo desde 2002

Em 2002, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 200,00. Em 2003, foi reajustado em 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, o que significou aumento real de 1,23%. No ano seguinte, o valor foi reajustado em 8,33%, enquanto o INPC atingiu 7,06%. Em 2005, a correção foi de 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação correspondeu a 3,21% e o reajuste do salário mínimo alcançou 16,67%, ou seja, houve aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, com o INPC de 3,30% entre maio/2006 e março/2007, houve acréscimo de 8,57% ao salário mínimo, o que representou aumento real de 5,1%. Em fevereiro de 2008, o salário mínimo subiu 9,21%, enquanto a inflação acumulada foi de 4,98%, aumento real de 4,03%. Com reajuste para R\$ 465,00, em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real do SM entre 2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, passou a valer R\$ 510,00 - aumento real de 6,02% -, resultante da aplicação de 9,68%, diante de inflação anual de 3,45%. Em 2011, mesmo com variação negativa do Produto Interno Bruto de 2009, o piso registrou ganho real de 0,37% e, em 2012, com repasse de 7,5% da alta do PIB de 2010 e arredondamento de valor, foi fixado em R\$ 622,00. Em janeiro de 2013, houve elevação para R\$ 678,00 e, em janeiro de 2014, para R\$ 724,00. Com o reajuste de janeiro de 2015, o valor do salário mínimo foi para R\$ 788,00; e, em 2016, atingiu R\$ 880,00. Em janeiro de 2017, passou a valer R\$ 937,00, acumulando perda, no ano, de 0,10%, considerando-se a taxa anual do INPC, em 2016, de 6,58%. Em janeiro de 2018, com o valor de R\$ 954,00, a perda acumulada em 2017 e 2018 foi de 0,34%, conforme pode ser visto na Tabela 1 e Gráficos 1 e 2. Em 2019, valendo R\$ 998,00, o salário mínimo apresentou ganho de 1,14%, porém, em 2020, seu valor praticamente não foi alterado.

Agora, a previsão para 2021 sinaliza a repetição do ocorrido no ano anterior: o salário mínimo não terá aumento real, somente acompanhará a inflação medida pelo INPC.

TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2021

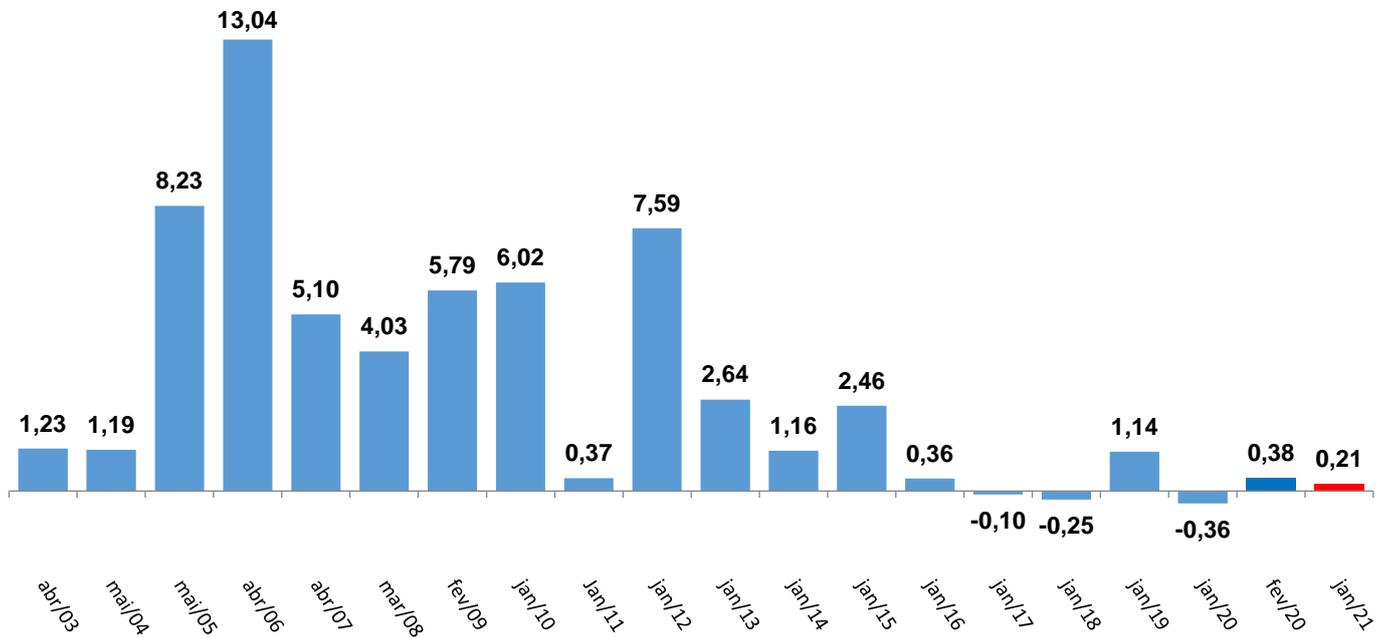
Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,38
jan/21	1.100,00	5,26	5,04 ¹	0,21
Total período	-	450,0	207,3	79,0

Fonte: IBGE; DIEESE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Estimativa

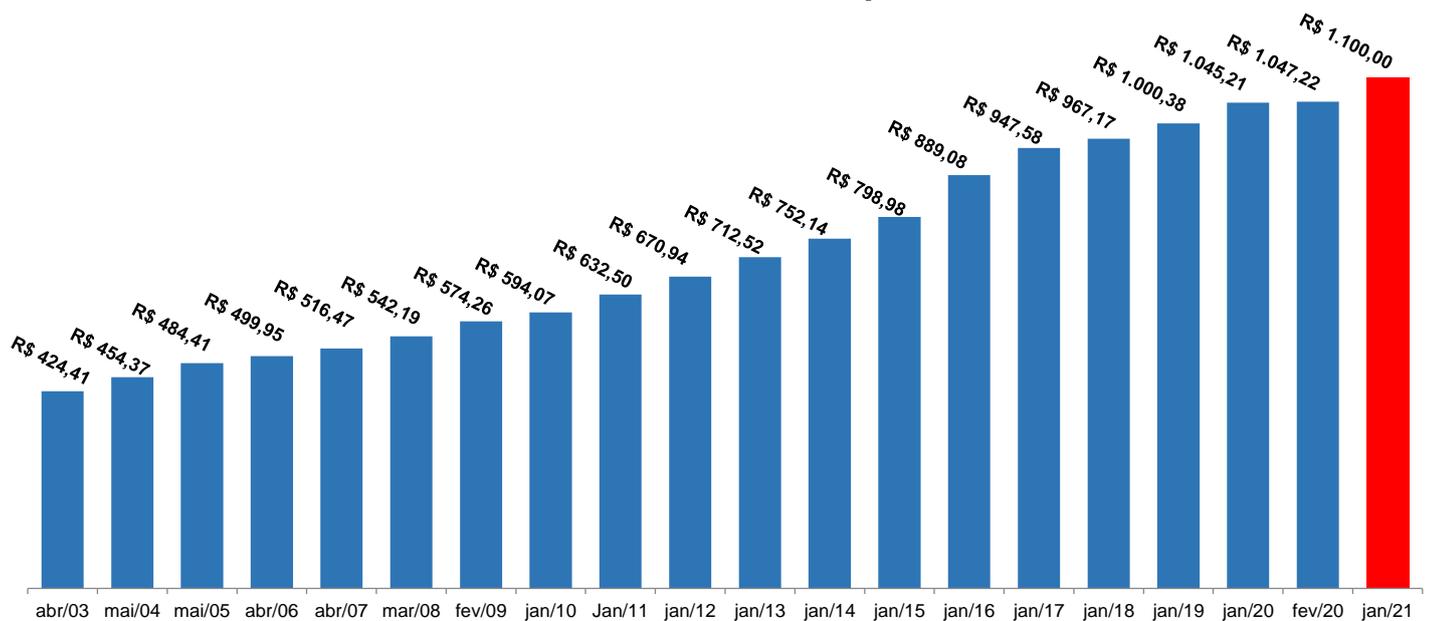
GRÁFICO 1
Aumentos reais no salário mínimo em %
2003-2021



Elaboração: DIEESE

Obs.: Estimativa para janeiro de 2021

GRÁFICO 2
Salário Mínimo em valores constantes de janeiro/2021⁽¹⁾



Elaboração: DIEESE

Obs: Estimativa

Salário mínimo será de R\$ 1.100,00 em 2021

Impactos da elevação do salário mínimo na economia

Estima-se que:

- **50 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 38,2 bilhões** representam o incremento de renda na economia.
- **R\$ 20,6 bilhões** correspondem ao aumento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 55,00

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (2)	Arrecadação Tributária Adicional R\$ (3)
Beneficiários do INSS (1)	24.180	18.618.302.780	10.035.265.198
Empregados	12.092	9.310.661.897	5.018.446.762
Conta-própria	10.490	7.500.324.776	4.042.675.054
Trabalhadores Domésticos	3.295	2.536.898.811	1.367.388.459
Empregadores	285	187.991.895	101.327.632
Total	50.341	38.154.180.159	20.565.103.106

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social outubro de 2018

Nota:(1) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (2) considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos; (3) considerando tributação média sobre consumo de 53,9 %. Este valor é indicado na publicação Ipea, Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

Importância do salário mínimo nas administrações públicas

No setor público, o número de servidores que ganha até um salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas municipais, a participação dos servidores que recebem até 1 SM é maior, especialmente na região Nordeste (Tabela 3). Quando se observa o impacto do aumento de 5,26% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

TABELA 3
Brasil e Grandes Regiões
Emprego no Setor Público por Faixa de Remuneração

(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 1.045,00	De 1.045,00 a R\$ 1.100	Mais de R\$ 1.100	Total (1)
Norte	0,50	0,07	92,87	100,00
Nordeste	1,04	0,38	92,57	100,00
Sudeste	0,78	0,58	93,77	100,00
Sul	0,48	0,59	94,98	100,00
Centro-Oeste	1,58	0,35	92,79	100,00
Total	0,97	0,43	286,99	100,00
Valor absoluto	9.015	4.043	2.678.697	933.367
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 1.045,00	De 1.045,00 a R\$ 1.100	Mais de R\$ 1.100	Total (*)
Norte	4,43	4,43	92,07	100,00
Nordeste	4,76	4,76	90,45	100,00
Sudeste	4,04	4,04	92,91	100,00
Sul	3,43	3,43	91,72	100,00
Centro-Oeste	2,31	2,31	93,88	100,00
Total	3,96	3,96	92,22	100,00
Valor absoluto	115.113	115.113	2.678.697	2.904.712
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 1.045,00	De 1.045,00 a R\$ 1.100	Mais de R\$ 1.100	Total (*)
Norte	11,13	3,11	79,17	100,00
Nordeste	15,30	2,88	78,23	100,00
Sudeste	3,88	1,29	90,91	100,00
Sul	1,42	0,46	94,30	100,00
Centro-Oeste	4,83	1,32	83,73	100,00
Total	7,80	1,83	85,85	100,00
Valor absoluto	438.694	103.055	4.826.451	5.621.857

Fonte: ME. Rais 2019

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os vínculos sem informação de salário

TABELA 4
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do Reajuste do SM para R\$ 1.100,00 na Folha Total

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1045,00 a R\$ 1.100,00	Total
Norte	0,01%	0,00%	0,01%
Nordeste	0,02%	0,00%	0,02%
Sudeste	0,01%	0,00%	0,01%
Sul	0,01%	0,00%	0,01%
Centro-Oeste	0,03%	0,00%	0,03%
Total	0,02%	0,00%	0,02%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1045,00 a R\$ 1.100,00	Total
Norte	0,13%	0,13%	0,26%
Nordeste	0,16%	0,16%	0,31%
Sudeste	0,32%	0,32%	0,63%
Sul	0,19%	0,19%	0,38%
Centro-Oeste	0,05%	0,05%	0,09%
Total	0,20%	0,20%	0,40%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1045,00 a R\$ 1.100,00	Total
Norte	0,56%	0,11%	0,67%
Nordeste	0,90%	0,11%	1,01%
Sudeste	0,17%	0,03%	0,21%
Sul	0,08%	0,01%	0,09%
Centro-Oeste	0,22%	0,04%	0,25%
Total	0,36%	0,05%	0,41%

Fonte: ME. Rais 2019

Impacto do aumento nas contas da Previdência

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a até um salário mínimo é de **46,6%** e **corresponde a 67,3% do total de beneficiários**, segundo o Boletim Estatístico da Previdência, de outubro de 2020.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem impacto estimado de **R\$ 314,334 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social**.

- Assim, o impacto do aumento para **R\$ 1.100,00 (R\$ 55,00 a mais)** significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 17,3 bilhões**.
- Este custo seria mais que compensado pelo aumento da arrecadação tributária, como mostra a Tabela 2.

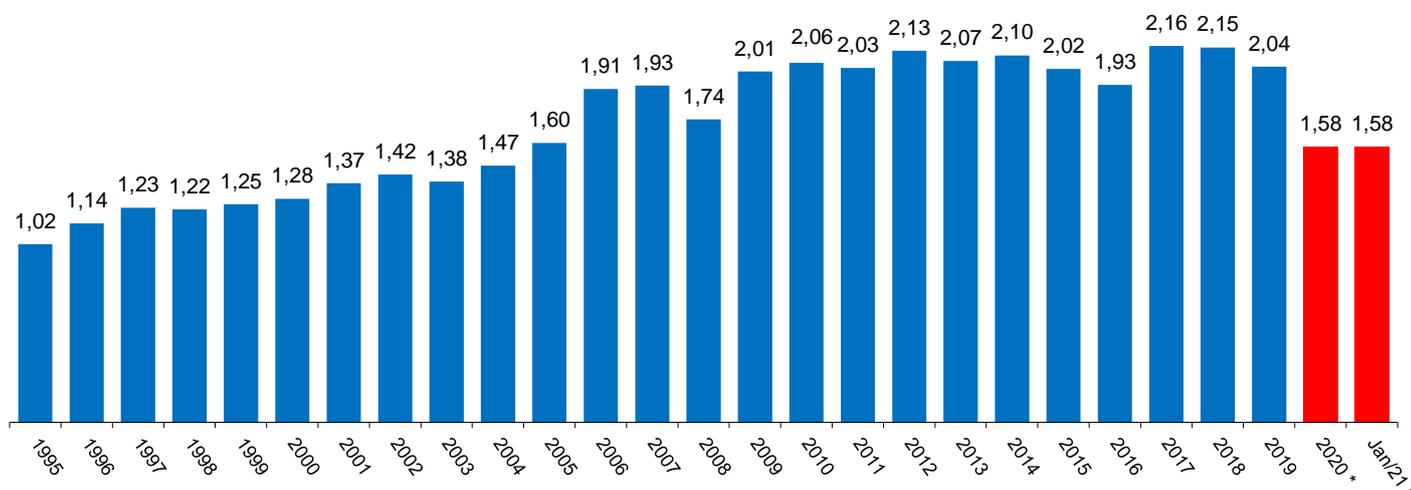
Relação entre salário mínimo e cesta básica

Conforme dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE¹, o custo estimado da cesta básica nacional para o mês de janeiro é de R\$ 696,71. Assim, o salário mínimo nacional de R\$ 1.100,00 terá poder de compra equivalente a 1,58 cestas básicas.

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual, é possível notar que:

- A quantidade de 1,58 cestas básicas é a menor desde 2005.

GRÁFICO 3
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo



Fonte: DIEESE

Nota: (1) Estimativas para dezembro de 2020 e janeiro de 2021

1 A cesta básica é composta por 13 itens alimentícios definidos no Decreto no 399/1938 e é base para o cálculo do valor do salário mínimo necessário para a sobrevivência de um trabalhador e de sua família.

TABELA 6
Quantidade de cestas básicas adquiridas com
um salário mínimo: São Paulo - 1995-2021

Ano (1)	Relação Salário Mínimo/Cesta Básica
1995	1,02
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
2010	2,06
2011	2,03
2012	2,13
2013	2,07
2014	2,10
2015	2,02
2016	1,93
2017	2,16
2018	2,15
2019	2,04
2020 (1)	1,58
Jan/21 (1)	1,58

Fonte: DIEESE
 Nota: (1) Estimativas



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Ilmar Ferreira Silva

José Silvestre Prado de Oliveira